

MOVIMENTAÇÕES POLÍTICAS E REDES SOCIAIS: TODOS JUNTOS#SQN

ANA LUCIA BORELLA GUIDO

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO (PUCSP)

Agradecimento à órgão de fomento:

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) por ter concedido a bolsa de estudos e viabilizado este projeto

MOVIMENTAÇÕES POLÍTICAS E REDES SOCIAIS: TODOS JUNTOS#SQN

Resumo

O Brasil, este gigante adormecido por um longo período ditatorial, começa a despertar novamente para uma consciência política, mesmo que para isto seja necessário dividir-se ao meio. Nesta perspectiva destaca-se alguns importantes movimentos políticos e sociais que foram responsáveis pelo processo de reabertura política brasileiro, como os Caras-Pintadas e Diretas Já!. O objetivo deste estudo é analisar sites de redes sociais como canal de comunicação para movimentos sociais, especialmente os de fundo político-social, que convocam a multidão para as ruas e alimentam o debate político, ilustrado pelo Movimento do Passe Livre (MPL), comparando-o aos movimentos anteriores à *internet*. A partir destas manifestações acirra-se a polarização, o debate político e as expressões individuais. A metodologia utilizada é uma análise interpretativa e histórica baseada em Marx e Weber. As conclusões apontam que o Brasil está num processo de aprendizagem para formar um povo mais consciente de seus direitos e obrigações.

Palavras-Chave: Sites de redes sociais, movimentos sociais brasileiros

INTRODUÇÃO

Neste estudo objetiva-se analisar sites de redes sociais como canal de comunicação para movimentos sociais, especialmente os de fundo político-social, que convocam a multidão para as ruas e alimentam o debate político, relevantes para o processo de reabertura e redemocratização do país, ilustrado pelo Movimento do Passe Livre (MPL) comparado às mobilizações sociais anteriores que estão representadas pelos movimentos dos Caras-Pintadas e Diretas já!

Do Bem (2006) expõe que um dos desafios para a sociedade brasileira é a mobilização de forças transformadoras, tendo em vista a sua coparticipação; por isso ilustra-se alguns movimentos políticos sociais brasileiros que ressurgiram com repercussão nacional (e global), e se fazem presentes neste período de 2014 a 2018 marcado pela indignação e esperança (parafrazeando Castells, 2013).

Dominado por um extenso período ditatorial, que se inicia em 1964 e termina em 1985, compreendendo 21 anos de repressão das expressões sociais e individuais, o Brasil começa a reconstruir a sua história política. Até 2018 (inclusive) são realizadas nove eleições diretas para presidente, em 33 anos de reabertura política.

Nas teorias de movimentos sociais (principalmente as do século XIX) discutidas por Alonso (2009), o Estado não é necessariamente um antagonista das reivindicações da sociedade, mas continua sendo um elemento relevante. Na visão de Abers e von Bülow (2011) não é possível separar de forma rígida a sociedade civil e Estado. Por isso se faz um breve relato sobre as condições de poder que regeram e regem o Estado e sobre fatos históricos que influenciam a política e sociedade brasileira. Outro aspecto é a abordagem do poder da sociedade na ação sujeito/agente intensificado pelos sites de redes sociais (espaços virtuais) e estendidas para as manifestações físicas (em espaços públicos).

Na perspectiva de Castells (1999) a sociedade organiza-se em rede, criando os “espaços de fluxo”, que integram tecnologia, sociedade e espaço. A tecnologia facilita o acesso, derruba fronteiras e estabelece conexões e as redes sociais unem indivíduos, que compartilham

momentaneamente um ideal comum, impulsionados pela indignidade e esperança e integram espaços virtuais aos físicos e consolida-se em ambos.

Na perspectiva da comunicação destacam-se os sites de redes sociais intensificando a contribuição individual, com acesso público: uma manifestação da ação agente/sujeito, que ao mesmo tempo expressa as reivindicações coletivas e particulares de seus participantes, buscando a unidade de ação com direito à diversidade. Os sites de redes sociais podem representar os espaços de liberdade comunicativa (Abers e von Bülow, 2011).

Outro elemento importante é o mercado, que também é abordado como um elemento histórico e motivador, ilustrado no caso do MPL, que defende a gratuidade de algumas tarifas públicas.

Além desta introdução, apresenta-se neste artigo um breve resgate das condições de poder, e sociedade, multidão e povo; na sequência aplica-se a metodologia de Fato Histórico e Fato Social ancorada nas perspectivas de Marx e Weber para explicar como a sociedade se forma, se transforma, se preserva e se transforma novamente; parte-se para as análises do processo de reabertura política no Brasil e de movimentos de uma sociedade em redes: todosjuntos#sqn; para prosseguir com considerações finais e referências.

Das condições de poder

Na visão aristotélica as boas formas de governo empregam a moral e a ética a fim de garantir a justiça, promover o bem-comum e a eficiência na administração das nações e do modo de vida de seus cidadãos. (Aristóteles, 1997).

A arte de governar, no final do século XVI e começo do século XVII, organiza-se em torno da “razão de Estado”, seguindo uma racionalidade própria.

Em Hobbes (1999) percebe-se a primeira tentativa de institucionalidade para o Estado, apesar de soberano (modelo de governo é o poder absoluto, centralizado na monarquia autoritária, para garantir o equilíbrio entre medo e a esperança), marca a passagem do estado “bruto” do homem na natureza para o homem na vida em sociedade.

Rousseau (1973) estabelece a distinção entre sociedade e Estado: na sociedade os conflitos de interesse de diversos grupos fazem com que se recorra à vontade geral e o Estado é a instituição autêntica que exprime a vontade geral, captada diretamente da relação indivíduo-Estado. Segundo Bonavides (2016) Del Vecchio considera que o Estado é o laço jurídico ou político, ao passo que a Sociedade é a pluralidade de laços e Marx e Engels conservam a distinção protagonizada por Rousseau, porém entendem que o Estado e Sociedade estão intrinsecamente ligados, sendo que o Estado está contido na sociedade.

Em Maquiavel (1531) a questão central de um governo é a habilidade do príncipe em conservar seu principado, manter o território e seus habitantes seguros (demarcação dos perigos) e manipular relações de força (proteção do principado e permanência no poder por mais tempo), mantendo o equilíbrio entre medo e esperança, de indignação e esperança (Castells, 2013). Porém para Foucaut (2005) a arte de governar vai além da habilidade de quem governa, desta singularidade proposta por Maquiavel. Para justificar sua perspectiva, Foucaut (2005) retoma as obras de La Perrière, que viveu na mesma época de Maquiavel. Ao contrário deste seu contemporâneo italiano, La Perrière acredita que homens devem ser governados em suas relações com “coisas”. Coisas podem ser entendidas como riquezas, recursos, os meios de subsistência, territórios (em suas fronteiras, com suas qualidades, clima, seca, fertilidade), cultura (costumes, hábitos, formas de agir), ou ainda acidentes, desgraças, etc. La Perrière considera a pluralidade de fins específicos para o governo, ou seja, conduzir um objetivo adequado a cada uma das coisas a governar.

Baseado nestas premissas, Foucaut (2005) acrescenta que a arte de governar também inclui a habilidade de gerir corretamente os indivíduos, os bens, as riquezas, o que implica em introduzir a economia na gestão de um Estado. O mercantilismo, que é conjunto de práticas

econômicas desenvolvido na Europa na Idade Moderna, entre o século XV e o final do século XVIII, é também a primeira racionalização do exercício do poder, como prática de governo.

Outro aspecto relacionado à arte de governar apresentado por Foucault (2005) é o problema da população, que marca a passagem da economia familiar, para a da popular. A partir deste ponto, a família torna-se um elemento da população e a população passa a ser o objeto que o Estado tem que considerar para governar, visando melhorar sua condição de vida e bem-estar geral.

Considerando esta transição de economias, Foucault (2005) retoma a questão do Contrato Social de Rousseau (1739) no qual prevalece a vontade geral, quando cada pessoa abre mão de seus direitos individuais em favor de um bem maior, garantido pelo Estado (Nação), o que é mais apropriado aos governos democráticos e às repúblicas. Bonavides (2016) ressalta que Rousseau foi a fonte de inspiração à filosofia hegeliana ao considerar esta mudança na condição da família (de elemento central para participativo), o elo entre família e Estado, no qual estabelece que a família é a tese, o Estado a síntese, e a Sociedade a antítese. Ao final do século XVIII, a palavra economia designa um campo de intervenção do governo, através de processos complexos.

Para Weber (2008) o Estado é uma associação com atividade continuada por um quadro administrativo que mantém o monopólio do poder em um determinado território, portanto exerce uma dominação legal (de direito) em todos que estão subordinados a esta entidade, sejam instituições, indivíduos, organizações, etc.

Conforme estabelecido na Constituição de 1891 e mantido em vigor até a constituição vigente promulgada em 1988, o sistema de governo exercido no Brasil é o presidencialismo, que afere o Poder Executivo ao Presidente da República, como chefe eletivo da Nação. Este sistema baseia-se na teoria tripartite de Montesquieu (1748): Executivo, Legislativo e Judiciário. Cada poder exerce sua função de maneira independente, mas não absoluta, devendo ser previsto em Constituição um sistema de vigilância recíproca - *checks and balances system* - a fim de evitar abusos de poder, por exemplo o Presidente da República pode vetar uma lei aprovada pelo Legislativo e o Legislativo pode instaurar um processo de impedimento - *impeachment* - do Presidente da República (De Cicco, 2013). Ao Judiciário cabe a administração da justiça na sociedade, através do cumprimento de normas e leis judiciais e constitucionais. O equilíbrio entre os poderes contribui para o bom desempenho de uma nação.

O Estado exerce uma dominação legal sobre os cidadãos, os demais Estados da União e entidades da Nação, representado na sua forma mais pura pela burocracia.

Para Weber (1982) a burocracia é uma forma de organização humana que rege o princípio de áreas de jurisdição fixas e oficiais, ordenadas de acordo com regulamentos (leis ou normas administrativas, políticas, etc.) formais e impessoais, a fim de alcançarem a máxima eficiência possível nos processos administrativos. Em sua essência a burocracia impediria interferências pessoais que pudessem causar danos no processo, pois atenta-se aos detalhes de uma operação previstos antecipadamente, mas na prática, já foi levada muitas vezes ao extremo da dominação legal gerando o autoritarismo e hierarquização, típicos de governos ditatoriais, como, por exemplo, o adotado no Regime Militar, com o propósito de manter a ordem e o progresso, fazendo com que os fins justifiquem os meios. Esta forma de poder impede a livre manifestação da vontade geral, punindo severamente os cidadãos que não se submetem ao regime imposto, desfazem ou enfraquecem a oposição, e vigiam os meios de comunicação (censura).

Dos tipos de poder

O que legitima um poder é a crença na sua validade. Para Weber (Cohn, 2003) o poder é uma dimensão social, que está presente em todos os tipos de relacionamento, formais ou informais e se estabelece pela ação de forças regidas entre: 1) agente x sujeito: compreendida

por indivíduos que se identificam ora como sujeitos (os que levam), ora como agentes (os que são levados) a fazer uma ação e obedecem a uma forma de poder porque acham válido obedecer; 2) e poder x dominação, determinados por três tipos de ação: Racional (burocracia), Tradicional (patriarcal) e Afetiva (carismática).

Para Hobbes (1999) o maior dos poderes humanos é aquele composto pelos poderes de vários homens, unidos por consentimento, numa só pessoa, natural ou civil, que tem o uso de todos os seus poderes na dependência de sua vontade, caracterizado pelo poder de um Estado. Ou na dependência da vontade de cada indivíduo (poder de uma ou várias facções coligadas). Consequentemente ter servidores é poder; e ter amigos é poder: porque são forças unidas.

É possível estabelecer uma correspondência entre o que Hobbes (1999) determina como poder humano e os tipos de dominação legal, tradicional e carismática de Weber (Cohn, 2003). A diferença fundamental é que para Hobbes (1999) o soberano tem poderes absolutos, concentra a submissão dos homens, numa servidão voluntária. Em sua época (transição do feudalismo para o capitalismo) o estado permanente de guerra traz a necessidade de segurança que é garantida por um contrato de pacto social. Em Weber (1982) que vive o momento histórico da ascensão da burguesia, o homem é um ser econômico, da ação racional voltada para fins práticos, para valores, para a tradição ou para emoção (afetiva).

Além disso, pode-se sugerir uma correspondência entre Hobbes (1999) e o poder exercido pelos elos mais fortes das redes, incluindo os constituídos pelos sites de redes sociais, no sentido de que, quanto mais seguidores ou amigos, maior é o poder de influenciar outros indivíduos.

Neste estudo trabalha-se exemplos das ações entre sujeito e agente, ilustrados através de movimentos sociais representados por manifestações populares pós ditadura comparadas às potencializadas com o uso da tecnologia e sites de redes sociais.

Multidão e Sociedade

Dos vários temas que a sociologia descreve (cultural, econômico, religioso, etc) a sociedade é considerada um dos básicos e está entre os mais representativos da essência sociológica. Segundo Ianni (1989, p. 15) “A sociedade diz respeito à preeminência de grupos secundários, dissociação entre público e privado, relações sociais entre personalidades-status, organização contratual na maioria dos círculos de relações sociais, predomínio da produção de valor de troca e assim por diante.”

Bonavides (2016) aponta que Rosseau, apesar de infundir um enfoque jurídico ao termo sociedade, foi o autor que melhor a definiu: a sociedade é fragmentada em “sociedade parciais”, de acordo com interesses distintos, gerando conflitos, e que para apaziguá-los deve prevalecer o que Rosseau determina a vontade de todos (vontade expressa pela maioria).

A multidão surge na sociedade urbano-industrial, em vários países, para se manifestar, protestar, revoltar-se. As mais diversas manifestações populares revelam aspectos sociais, econômicos, políticos, religiosos, culturais, ou seja, é a questão social que rompe entre indivíduos e seus governantes, ou entre indivíduos e os que detém o controle das instituições sociais (Ianni, 1989).

A multidão é o “problema” da dimensão da população (crescimento acelerado e conglomerado de pessoas), que marca a passagem da economia familiar para a industrial. É o que justifica a questão do Contrato Social, elaborado por Rosseau (1738) e resgatado por Foucault (2005), no qual o cidadão abre mão de seus direitos individuais, para fazer prevalecer a vontade geral. As manifestações populares são instrumentos para expressar uma vontade (geral ou de um determinado grupo) e compõem a dinâmica entre cidadãos, Estado e instituições, ou seja, envolve a tríade Sociedade, Estado e Mercado, utilizada em estudos sobre movimentos sociais (Alonso, 2009; Abers e Von Bülow, 2011)

Segundo Ianni (1989) existem correntes de pensamento sociológico que procuram dar forma à multidão. A primeira, tendo como um dos principais defensores Pareto, é o conceito de massa, composta de trabalhadores, empregados e desempregados, organizados coletivamente. O contraponto da massa é a elite, representada por quem exerce o poder, seja na forma de dominação legal, patriarcal ou afetiva.

A segunda corrente estabelece ser a multidão a representação de povo (coletividade de cidadãos), que se organiza em movimentos sociais e partidos políticos. Por cidadãos Ianni (1989) entende ser aqueles que votam ou são votados (participação política) e os principais autores são Tocqueville e Stuart Mill.

E a terceira corrente engloba a ideia de classe social, modo pelo qual se produz e reparte a riqueza social no capitalismo. Seus principais autores são Marx e Engels, no qual associam as classes sociais com movimentos de lutas e impasses entre trabalhadores e detentores dos meios de produção. Machado (2007) explica que até a década de 70 era comum associar os movimentos sociais às lutas de classes e ao poder de produção.

É necessário ponderar se esta categorização de classe social pode ainda ser aplicada em sua totalidade, principalmente com as novas bandeiras defendidas de igualdade e respeito às diferenças, que ganham força no início do século XXI. Por exemplo, para Alonso (2009) multidões reivindicando mudanças pacíficas representam movimentos sociais e não necessariamente estão interessadas no poder do Estado, e se distanciam cada vez mais da luta de classes. Esta linha de pensamento converge para a questão de sociedade e cidadania, que se acredita serem termos mais apropriados para as manifestações surgidas pós-ditadura no Brasil, acompanhando a tendência da Teoria dos Novos Movimentos Sociais (TNMS) que se apoia em mudanças culturais.

FATO HISTÓRICO E FATO SOCIAL

Para Weber (Cohn, 2003) a ciência social integra a história, porém a visão do sociólogo é diferente da perspectiva do historiador. O sociólogo interroga a história, enquanto que o historiador a descreve. O sociólogo vai selecionar alguns dos fatores mais decisivos (causalidade adequada), isto é, vai imputar (presumir) o que deu origem ao fato, pensado pela perspectiva do sujeito da ação (quem leva à ação) e focando no *ethos*, pois apoia-se nos elementos culturais (normas, crenças, valores, etc.). Diferentemente do historiador que descreve o fato social, suas características e singularidades.

Para Durkheim (2007) a sociologia não parte do indivíduo, e sim da sociedade. A objetividade consiste em se obter uma “cópia” do objeto, isto é, isola-se o fato social das suas manifestações individuais e busca-se a sua generalização (as características exteriores em comum); deve-se tratar o fato social como coisa e despojar-se das pre-noções existentes, sendo o pesquisador um observador não participativo. Durkheim (2007) utiliza-se do método comparativo ou experimental, no qual a um mesmo efeito corresponde sempre uma mesma causa.

Fernandes (1978) escreve que a concepção de ciência para Durkheim é realística (no sentido de definir um objeto próprio e independente), e empírica, sendo que todo o aparato científico natural deve ser construído com base nos dados que constituem o objeto da investigação, orientado por regras, para que o investigador conduza suas pesquisas no sentido apropriado, evitando o acúmulo desnecessário de dados, aceitação precipitada de interpretações (pre-noções) ou ainda generalizações sem consistência empírica (causa e efeito).

Esta concepção de ciência é bem diferente em Weber, como explica Cohn (2003), a ciência social é a realidade na sua especificidade, nas suas conexões e significações culturais, nas suas diversas manifestações e causas, pelas quais se desenvolveu historicamente. Estas conexões não são objetivas, estabelecidas entre “coisas”, mas são estabelecidas conceitualmente, entre os problemas, e, portanto, não podem ser generalizadas, pois comportam

infinitas diversidades. Sendo assim o homem finito baseia-se na premissa tácita de que apenas um fragmento limitado da realidade poderá constituir o objeto de compreensão científica. Por isso em Weber, trabalha-se com probabilidade, tipos ideais, a subjetividade da ação sociológica, além de considerar um elemento social, tais como: econômico, cultural, religioso, etc.

Marx também se utiliza do resgate histórico para aprofundar-se nos estudos da ciência social, empregando o materialismo histórico dialético. Na ideologia alemã o homem é um ser de necessidades e é preciso produzir as condições necessárias à vida do homem. É esta necessidade de produzir (consciente) que forma a sociedade. Em Zeitlin (1973) esta forma de compreender a realidade, incluindo sua negação, influencia o pensamento de Marx sobre os fenômenos sociais; é preciso sempre ir além das aparências, desconstruir, decompor (fazer a análise em partes) para depois recompor (síntese) o objeto. Na dialética marxista, segundo Ianni (1982) o real é o ponto de partida para a análise (decomposição), seguida da síntese (concreto) que reunirá as múltiplas determinações, e resultará num novo concreto, diferente do ponto de partida, embora este novo concreto torne-se o ponto de partida. Carone (1984) ressalta que o método dialético, empregado por Marx é: a) um método de exposição, teórico, especulativo e pressupõe a pesquisa empírica, portanto não é “aprimorista”; b) crítico, pois utiliza-se de construções e desconstruções de conceitos e busca despir-se das ilusões ideológicas do concreto em estudo; e c) progressivo/regressivo, revelando uma espiral dialética para compreensão do objeto.

Para Fernandes (1978) Marx e Weber apresentam, em comum com Durkheim, a noção de que os fenômenos sociais possuem uma realidade própria e a de que o conhecimento científico destes fenômenos sociais constitui a imagem ou representação teórica desta realidade, mas as afinidades entre os dois e Durkheim cessam neste ponto. Como Weber, Marx acredita que as atividades sociais são atividades com sentido e que o conhecimento científico dos fenômenos sociais é relativo, isto é, limitante às generalizações.

Em Machado (2007) Marx, Durkheim e Weber enfatizam a ação social: 1) vista como tipos de solidariedade complexas em Durkheim, 2) manifestada em mudanças sociais do tradicionalismo para o racional-legal em Weber, e 3) como um processo revolucionário para Marx.

Neste trabalho busca-se aplicar a sociologia que se preocupa tanto com a realidade social, como com o processo de conhecimento, concentrado nas reflexões sobre indivíduo e o coletivo (sites de redes sociais e manifestações), parte e todo (sociedade e família), essência e aparência (#sqn - # só que não), o público e o privado (multidão se manifestando), trabalhados na perspectiva metodológica de Marx e Weber para explicar como a sociedade moderna se forma, se transforma, se preserva e se transforma novamente, através dos movimentos sociais pós ditadura e com a utilização dos sites de redes sociais.

Faz-se um breve resgate histórico do processo de abertura política no Brasil para se estudar os movimentos populares, potencializadas pelos sites de redes sociais como formas de manifestação, aprendizado e de conscientização política. Os movimentos aglutinam pontos de vistas semelhantes que expressam a vontade da maioria da população (Diretas Já! e Caras-Pintadas), ou pontos de vistas diversos (Movimento do Passe Livre) ou ainda pontos de vistas divergentes, a favor ou contra o *impeachment* (Coxinhas X Petralhas, a favor da democracia ou contra a corrupção), mas todos têm como pano de fundo a mobilização social, de um povo que está aprendendo a ser político.

Resgate Histórico do Processo de Abertura Política no Brasil e seus Movimentos Sociais Articuladores

Segundo Ianni (1989) o processo de europeização do mundo tem seus precedentes no conjunto de atitudes políticas, econômicas e militares resultantes no colonialismo, imperialismo, etc. no qual o Brasil se insere.

O caminho percorrido pelo Brasil para se estabelecer como República (Figura 1), passa pela colonização e império, quando em 15 de novembro de 1889 foi proclamada a República pelo Marechal Deodoro da Fonseca, primeiro a exercer o cargo de presidente da República. Durante o período republicano, destaca-se o Regime Militar, também conhecido como Ditadura, caracterizada pela intervenção dos militares no poder, por intermédio de um golpe de Estado. Politicamente marcado por cassações, censuras e Atos Institucionais (entre todos o número cinco – AI5 – que suspendeu os direitos políticos entre outras medidas), o período representa um retrocesso ao processo de democratização na política.

Figura 1. Instituições políticas brasileiras: da Colônia à República

Colônia 1550 a 1822	Império 1822 a 1889	R. Velha 1889 a 1930	2ª. República 1930 a 1936	Estado Novo 1937 a 1945	4ª. República 1946 a 1964	Regime Militar 1964 a 1985	Nova República 1985 a ...
------------------------	------------------------	-------------------------	------------------------------	----------------------------	------------------------------	-------------------------------	------------------------------

Para manter a Ordem e Progresso (influência positivista de Comte) os militares tomam o poder e fazem uma retomada de crescimento no país, com a nacionalização dos recursos, principalmente vivenciados na década de 70. Não se pode negar que a ditadura militar levou a nação à períodos economicamente robustos, com pleno emprego e prestígio internacional (Gaspari, 2016). Conforme explica Ianni (1989) a ideia de progresso relaciona-se com a sociedade urbano-industrial (burguesa, capitalista) e o progresso econômico depende da ordem, imposta por um estado forte simbolizados no governo (regime, estado). Este fato é um prato-cheio para a manutenção dos militares no poder.

O declínio da ditadura encontra um aliado, o General Ernesto Geisel, que ao escolher como seu sucessor João Baptista Figueiredo, consolida a retirada da intervenção militar no poder. Paulatinamente estabelece-se um processo de redemocratização na política brasileira. Este é o período de recorte utilizado neste estudo ao qual Gaspari (2016) denomina de “Ditadura Acabada”. Em maio de 1979 assume a presidência do Brasil o último dos representantes da Ditadura, presidente Figueiredo, cujo governo foi marcado por três grandes episódios que culminaram com a reabertura política e redemocratização no país: agravamento da crise econômica iniciada em 1979; a bomba explodida no Riocentro, que evidencia o enfraquecimento político do Regime Militar; e a campanha das Diretas Já!, iniciada em 1983, fortalecendo a candidatura e a eleição de Tancredo Neves como marco da retomada dos civis à presidência da República (Gaspari, 2016), mas ainda pelo voto indireto.

A emenda que aprovaria a volta das eleições diretas à presidência da República, conhecida como Diretas Já!, fora rejeitada. Faltaram 22 votos para completar os dois terços de aprovação pelo congresso (OESP, 1994). Este episódio marca o fim da esperança de milhões de brasileiros, que em 1984 tomaram as ruas em diversos municípios, num total de 28 comícios. Por intermédio dos registros do acervo do OESP (1994) e relatos de Gaspari (2016) a campanha pelas Diretas Já! iniciou sua trajetória em 12 janeiro de 1984, reunindo 40 mil pessoas em Curitiba, em fevereiro o comício concentra-se na capital Belo Horizonte, e em abril ganha as capitais do Rio de Janeiro e São Paulo. No Rio a multidão entoava a canção Caminhando de Geraldo Vandré que se tornou hino contra a ditadura. Em São Paulo a Praça da Sé reúne 250 mil pessoas no dia 25 de janeiro, aniversário da cidade. No último comício do Vale do Anhangabaú, também em São Paulo, foram dois milhões (OESP, 1994). Estima-se que, ao final das manifestações, 4 milhões de pessoas foram mobilizadas em favor das Diretas Já! (Gaspari, 2016).

Todo este contexto serve como pano de fundo de articulações políticas e reivindicações da população para a eleição direta à Presidência da República. O primeiro presidente que marca a retomada dos civis ao poder é Tancredo Neves, fazendo prevalecer a vontade geral da Nação, ainda que de forma indireta, porém não pode tomar posse de seu mandato. Desta vez quem

auferiu o golpe de Estado foi a condição de saúde de Tancredo. Ainda internado, garante que seu vice, José Sarney assumira o cargo de presidente, simbolizando o primeiro passo para a vitória da democracia e a derrocada da ditadura. Após passar por cirurgia, Tancredo não resiste e veio a falecer em 21 de abril de 1985.

Sarney cumpre o mandato de presidente do Brasil entre 1985 até 1990, sendo o governo de transição entre o período do voto indireto para o voto direto ao cargo. Em março de 1990 assume o primeiro presidente eleito com o aval da vontade da maioria, através do sufrágio universal, resultado da conquista do movimento das Diretas Já! e consolidando a reabertura política no Brasil: Fernando Collor de Mello.

Collor não consegue completar o seu governo. Envolvido em escândalos e denúncias de corrupção (instauração de uma CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito, escândalos com seu assessor PC Faria, Casa da Dinda – mansão onde residiu o presidente, etc.) o presidente cede às pressões populares dos Caras-Pintadas e do Congresso a favor de seu *impeachment* (figura 2), e declara a sua renúncia em 29/dez/1992, 29 meses e 17 dias após sua posse.

Figura 2 – Retrospectiva do *Impeachment* de Collor



Fonte: Acervo do jornal O Estado de São Paulo (2012). Disponível em < <http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20120929-43446-spo-6-pol-a6-not/busca/Collor+impeachment>>, acesso em 22/jun/2016.

O movimento popular Caras-Pintadas reúne manifestantes que saem às ruas para protestar contra o governo de Collor, clamando por seu *impeachment*. A primeira manifestação ocorre no dia 11 de agosto, em São Paulo, tendo como palco o vão livre do Masp (Museu de Arte de São Paulo), reunindo dez mil pessoas, na sua maioria jovens, pois a convocação é feita prioritariamente nas universidades pela União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES), que imprimiu 50 000 panfletos e cartazes com dizeres como “Anos Rebeldes, próximo capítulo: Fora Collor, Impeachment Já! ” Além disso as manifestações ocorrem durante os dias de semana, dificultando a participação de trabalhadores. O nome “Caras-Pintadas” originou-se porque os primeiros manifestantes pintam palavras de ordem nos rostos (Revista Veja, 1992)

As manifestações totalizaram seis convocações em São Paulo, representadas por eleitores de diversos partidos, pois os Caras-Pintadas não apresentam um representante majoritário. Esta característica aproxima este movimento com o Passe Livre, em 2013, e o distância de movimento das Diretas Já!, articulado politicamente pela oposição ao governo militar, tendo Ulysses Guimarães como figura emblemática e o Movimento Democrático Brasileiro – MDB - como partido político, que posteriormente acrescenta o P (de Partido) à sua sigla, tornando-se PMDB.

Estes dois movimentos Diretas Já! e Caras-Pintadas, com suas semelhanças e diferenças, marcam um importante momento histórico político e social do Brasil. Por intermédio destes movimentos busca-se compreender a evolução da consciência política e da democracia no Brasil. Percebe-se o quão recente é a reabertura política no país, sendo que estamos num processo de amadurecimento e de constante aprendizado político. Os movimentos continuam, porém, após a virada de século, ganham um novo e importante elemento de comunicação: a voz “digital” ecoada através dos sites de redes sociais.

Movimentos Políticos de uma Sociedade em Redes: todosjuntos#sqn

Os movimentos sociais ganham novos elementos e dinâmica quando são convocados por intermédio dos sites de redes sociais. Neste subtítulo considera-se um dos elementos de expressão digital utilizado com frequência a partir de 2010: “...#sqn” (sqn significa “só que não”). Esta expressão é o símbolo de contrariedade, é citada pelos usuários de rede social quando querem exprimir algo contrário do que pensam (Vida Digital, 2016), indica ironia e sarcasmo (Significados, 2016), e tem como sinônimos: não, negativo, jamais, nunca, nunquinha, igual só que não, igual mais diferente, só que nunca e mentira (Dicionário Informal, 2016). Pode-se considerar uma referência à essência e aparência, uma das correlações sociológicas básicas, na qual o que aparenta ser, nem sempre o é. Para Hogan (2010) indivíduos que compartilham dados e reagem ao conteúdo submetido por outros não estão necessariamente envolvidos uns com os outros, o que é possível de acontecer numa interação online, ou seja, utilizando sites de redes sociais.

Sendo assim, apresenta-se a seguir as características dos sites de redes sociais e a contextualização dos movimentos sociais, por intermédio desta nova forma de comunicação e convocação: sites de redes sociais.

Em sua maioria, o que caracteriza os sites de redes sociais é a facilidade de se adaptarem aos diversos momentos que o representam. Refletem o comportamento de indivíduos e entidades na sociedade fisicamente estruturadas, herdando muitas de suas características essenciais, e por isso são flexíveis e adaptativos. Em sendo as sociedades constituídas antes do desenvolvimento da tecnologia da informação, Castells (2005) argumenta que a sociedade molda a tecnologia, e não o contrário, porém a tecnologia torna-se condição favorável (instrumento) ao desenvolvimento dos sites de redes sociais, na qual a sociedade aufere forma e conteúdo.

Cardoso (2005) complementa que a internet é um instrumento de sociabilização, partindo de projetos individuais para uma rede de similares (indivíduos que compartilham dos mesmos ideais no momento). Neste sentido, a internet possibilita aos indivíduos reconstruírem a sociedade, seguindo uma lógica diferente da herdada na sociedade industrial (luta entre classes sociais), pois permitem que as reivindicações além de coletivas, expressem uma vontade individual ou de sub-grupos (que nos sites de rede social geralmente são denominados de tribos), sendo sujeitos e agentes da ação (Weber, 1982). Para Badawy (2009), nada, desde a invenção da máquina a vapor, gerou um impacto tão forte sobre a humanidade como a internet, que aumenta substancialmente as conexões globais, permeando todos os aspectos da vida humana e transformando vida e a forma das pessoas se relacionarem (Qualman, 2011).

Eventos regionais, que geralmente ficariam restritos à comunidade de origem, ou demorariam algum tempo para virar notícia nos noticiários internacionais (devido à sua repercussão e notoriedade); hoje são relatos instantâneos postados e compartilhados globalmente nos diversos formatos de redes e mídias sociais (Facebook, YouTube, etc). É a notícia que vai ao encontro do leitor, ao mesmo tempo que o leitor também pode ser o autor e o ator da mensagem. Estabelece-se a via dupla e a socialização da comunicação.

Castells (2013) relata alguns dos principais movimentos sociais ocorridos no mundo entre os anos de 2010 até 2013, convocados por intermédio de sites de redes sociais, enfatizando as características comuns, embora cada um também apresente sua particularidade. Na visão do autor, as características centrais destes movimentos são: 1) Indignação, pois originam-se de um ato individual de indignação e recebem o apoio da empatia emocional de outros indivíduos; 2) Comunicação, porque propagam-se rápida e interativamente, refletindo o engajamento dos indivíduos às causas do movimento. Neste último aspecto, Castells (2013) destaca que quanto mais hierárquica for a organização do movimento, mais formal ele será e menos aderência participativa ele terá, ao passo que, quanto mais interativa, autoconfigurável e espontânea for a

comunicação, mais adeptos terá. A passagem do plano emocional para as reivindicações é estabelecida por intermédio da apresentação de ideias e propostas difundidas e discutidas pelos integrantes dos movimentos.

Além da comunicação, os movimentos divulgados nos sites de redes sociais estudados por Castells também têm em comum 1) a conexão em redes de múltiplos acessos, sendo considerado acessos pelo autor os dispositivos móveis que permitem conexão com a *internet*, tais como: *tablets*, *smartphones* e redes *off-line*, formadas antes e durante o movimento; 2) a concretização do movimento conquistado pela ocupação de um espaço físico e público, que confere maior poder e resistência aos seus participantes contra o que os oprime; 3) a abrangência *glocal* (local e global) entre os indivíduos que estão simultaneamente conectados com sua comunidade e com o mundo; 4) o efeito viral de propagação (rápida e em vários lugares ao mesmo tempo); 5) e na sua espontaneidade, na sua maioria são livres de regras rígidas de programações e divulgação.

Por intermédio dos sites de redes sociais é possível compartilhar informações, tornando a *internet* um meio colaborativo, no qual usuários criam, avaliam e distribuem mensagens, acrescentando ou não a sua versão aos fatos. Autores como Lerman (2007), Caverlee, Liu e Webb (2010) afirmam que não somente os sites de redes sociais, mas as mídias sociais em sua grande maioria contribuíram para a criação de um novo paradigma de interação: a informação social, por permitir o compartilhamento da comunicação gerada por todos e para todos.

A fim de ilustrar o que os autores Lerman (2007), Caverlee, Liu e Webb (2010) afirmam ser características das mídias sociais, apontam-se dois exemplos de manifestações, com comentários pessoais.

O primeiro exemplo compara o movimento dos Caras-Pintadas com o *impeachment* da presidente Dilma Rousseff, na visão do cientista político Hilton Fernandes (2016) apontando as semelhanças e divergências entre as manifestações de 1992 e as de 2015. As semelhanças residem nas características apartidárias e no incômodo com a situação do Brasil. As diferenças são: a de que não existia uma polarização em 1992, mas uma convocação geral e até 2015, nenhuma investigação contra a presidente Dilma Rousseff (fato este que mudou com a votação a favor do *impeachment* pelo Senado, em 2016), diferente de Collor com esquema de corrupção comprovado.

O segundo exemplo é uma comparação da convocação realizada pelo rádio, em 1961 e a de 2016 pelas redes sociais. Na versão de Pochmann (2016), professor e pesquisador de economia na Universidade Estadual de Campinas, a divulgação pelo rádio, liderada por Leonel Brizola, na época governador do Rio Grande do Sul, convoca o povo em defesa da democracia (contra o golpe) fazendo valer a posse de João Goulart como presidente. Em 04 de março de 2016 o povo é convocado, desta vez através dos sites de redes sociais, contra o golpe (*impeachment* de Dilma) e a favor da democracia.

Pode-se observar alguns movimentos populares que tiveram maior repercussão nos sites de redes sociais. Um dos primeiros é o Movimento do Passe Livre (MPL), cujo propósito inicial (2005) visa um transporte público, gratuito (tarifa zero) para a população e fora da iniciativa privada. É originário da Revolta do Buzu (Salvador, 2003) e as Revoltas da Catraca, ocorrido em Florianópolis nos anos de 2004 e 2005 (Tarifa Zero, 2016).

O movimento ganha força e repercussão em junho de 2013, quando é organizado por meio dos sites de redes sociais, mobilizando milhares de pessoas (100 mil no Rio de Janeiro, 70 mil em São Paulo, 30 mil em Belo Horizonte, no dia 17 de junho de 2013 segundo informações do próprio movimento) para protestarem contra as determinações impostas pelo governo à sociedade (Movimento do Passe Livre, 2016). Da reivindicação inicial de redução das tarifas de transporte público, expandiu-se para questões mais profundas, tais como: a corrupção, a saúde, a educação pública, etc. O movimento ocorreu em várias cidades do Brasil

e ganhou apoio de brasileiros residentes fora do país, espalhando-se por algumas das principais cidades estrangeiras.


Por intermédio do exemplo do Movimento do Passe Livre é possível compreender como os sites de redes sociais intensificam o efeito de uma convocação. Uma quantidade muito maior de pessoas, num curto espaço de tempo, foi convocada para uma ação social, sendo que, sem a tecnologia das redes sociais, o evento seria possível, mas envolveria muito mais esforço de divulgação, mais tempo de preparo e certamente não seria tão abrangente.

Outra característica importante que deve ser destacada no Movimento do Passe Livre é a evidência de múltiplas reivindicações, formando assim tribos, que além de terem um tema de afinidade, manifestam outros pontos de vista complementares ou distintos (individuais). Este fato é importante porque, embora tendo um pretexto inicial, as pessoas começam a se manifestar de forma individual no coletivo, uma das correlações sociológicas básicas que os sites de redes sociais fizeram florescer; quando expressam sua vontade individual, passam a ser sujeitos da ação, e como esta ação interfere o social, ela vira ação social (Weber (1982).

O Movimento do Passe Livre apresenta estas características que o diferem do Diretas Já!, no qual os participantes estavam reunidos sob um mesmo ideal (eleições diretas para presidente da República) e dos Caras-Pintadas (*impeachment* do presidente Collor).

As manifestações que sucedem o Movimento do Passe Livre tornam-se cada vez mais expressivas da polarização política brasileira. Em 2016 o cenário político divide-se nos movimentos contra e a favor do *impeachment*, ou a favor da democracia e contra a corrupção, ou ainda Petralhas (filiados ou simpatizantes do Partido dos trabalhadores – PT) X Coxinhas (contra o PT e a presidente Dilma Rousseff, representada em sua maioria pela elite). Os dois movimentos reúnem milhares de pessoas que ganham as ruas em protestos organizados por intermédio dos sites de redes sociais (Quadro 1).

Tabla 1 – Polaridade da sociedade brasileira em 2016 retratados nos sites de redes sociais

POLARIZAÇÃO	MOVIMENTO	SITE	2016 
A FAVOR DA DEMOCRACIA, CONTRA IMPEACHMENT, PETRALHAS	Frente Brasil Popular	fb.com/FrenteBrasilPopular	73.009
	Não Vai Ter Golpe	fb.com/naovaitergolpe2	12.189
	Pragmatismo Político	fb.com/PragmatismoPolitico	1.033.305
A FAVOR DO IMPEACHMENT, CONTRA A CORRUPÇÃO, COXINHAS	Vem Pra Rua	fb.com/VemPraRuaBrasil.org	1.379.063
	Movimento Brasil Livre	fb.com/mblivre	1.372.535
	Revoltados ON LINE	fb.revoltadosonline	1.711.282

OBS. 1: Número do total de curtidas até 24/jul/2016

No quadro 1 demonstra-se a quantidade de curtidas, uma das ferramentas de mensuração típica do Facebook, que permite identificar quantas pessoas simpatizam com a *fanpage* (página de empresas ou entidades). Para Kietzmann *et al* (2011) a quantidade de “likes” ou curtidas avalia a reputação do conteúdo. Recorre-se ao número de curtidas, pois os números divulgados pela mídia tradicional (jornais, revistas, televisão e rádio) mostraram-se bem diversos, mesmo apoiando-se em fontes oficiais e ou tradicionais (Institutos de pesquisa autônomos e dados da polícia militar no local do evento), polemizando ainda mais o cenário político. Muitas vezes a polícia militar absteve-se de informar o número de participantes.

A mídia tradicional também se polariza. Pela forma como anunciam a notícia, através de manchetes ou chamadas, pode-se perceber a tendência em defesa do *impeachment* ou da democracia, ou alguns poucos imparciais. Alguns exemplos mais representativos, claramente favoráveis ao *impeachment* são do Jornal Nacional da Rede Globo de televisão e o Estado de São Paulo.

Apesar de toda polarização, existem pontos que são comuns aos movimentos: a forma de convocação, o desejo de um Brasil melhor (cada um a sua maneira) e a conscientização política que se alastra pelo país. Em raros momentos históricos pode-se presenciar um debate político tão amplo e democrático, no sentido de ser discutido por todos e em todos os lugares, embora muitas vezes de forma exacerbada, com alguns episódios de intolerância e violência. Há relatos, não oficiais, mas de comentários de pessoas que excluíram parentes, conhecidos, amigos de sua lista de contatos nos sites de redes sociais por divergência política, refletindo a polaridade da situação política.

Nos anos que se sucedem (2017 a 2018), a polarização política constrói novos cenários, incluindo escândalos de corrupção, tanto nas instituições públicas, como na iniciativa privada, e acirra as disputas de poder entre o Legislativo, Executivo e Judiciário, tendo como pano de fundo as investigações conduzidas pela Polícia Federal do Brasil conhecidas como Lava Jato, efetuando mandados de busca, apreensão, entre eles dos irmãos Batista e do ex-presidente Lula. As manifestações continuam, tanto no âmbito virtual, como no físico.

Alguns termos de época vão perdendo o uso, mas não o significado. Por exemplo as designações de coxinhas e petralhas caíram em desuso em 2018, mas a polarização continua acirrada entre os de direita e esquerda.

Os sites de redes sociais (tabela 1) também vão se transformando ao longo do tempo. Alguns não existem mais, como o “Não vai ter Golpe”, pois apresentava um propósito pontual contra o *impeachment* da então presidente (Dilma Rousseff) e outros se desmembraram em vários como é o caso dos Revoltados online.

Em 2018 há a eleição para um novo presidente e uma troca importante de comando dos governos estaduais. Este é um fato que a história nos mostrará os rumos que serão tomados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de aprendizado, abertura política recente são resquícios de um Brasil Colônia, cuja história retrata interesses somente de exploração de riquezas. A situação agrava-se quando, após um conturbado processo de emancipação, e várias Repúblicas, o país é destituído do seu direito de escolha para presidente, impedido de praticar a democracia e a liberdade de expressão.

Um lento processo de reabertura política é percorrido, e algumas manifestações sociais ganham importância. Unidos pela vontade geral de uma Nação, jovens vão para as ruas clamando por eleições diretas e contra a corrupção, nas décadas de 80 e 90.

O início do novo século e milênio, vai além de um marco histórico para o país. Marca o acirramento do debate político. Os movimentos antes dos sites de redes sociais, exemplificados por Diretas Já! e Caras-Pintadas têm em comum a mobilização de indivíduos que compartilham um mesmo ideal, ou seja, o fim da ditadura e a liberdade política para o país. O movimento do Passe livre, um dos primeiros a serem organizados pelos sites de redes sociais com maior repercussão, talvez tenha sido um divisor, ou uma transição nas características dos movimentos sociais, evidenciando, além de uma vontade geral, outras aspirações propostas por grupos (tribos) inseridos, a princípio, sob uma mesmo propósito, mas que começam a manifestar suas próprias reivindicações.

Estavam latentes, talvez porque não tivessem forças para expressarem as opiniões individuais, abafadas pela multidão. Sem os sites redes sociais estas vozes continuariam abafadas, com limitação para se exprimirem.

É fato que os movimentos sociais organizados através dos sites de redes sociais permitem esta correlação entre o individual e o coletivo, pois cada participante, com seu dispositivo móvel de acesso, pode expressar-se individualmente ao mesmo tempo que interage

com o coletivo, ou com uma determinada tribo, que está sob as asas do movimento, mas não necessariamente sob seu comando. Ao mesmo tempo os sites de rede sociais intensificam a ação dos indivíduos como sujeitos (os que levam) e como agentes (os que são levados) a fazer uma ação e obedecerem a uma forma de poder porque acham válido obedecer (Weber, 1982).

A polarização refletida nas manifestações políticas é o processo de conscientização pelo qual o povo brasileiro tem vivenciado intensamente através dos sites de redes sociais e dos espaços físicos. É quase de impossível ser indiferente a esta situação.

A tecnologia inserida nos movimentos sociais representada pelos sites de redes sociais imputa uma nova dinâmica para a convocação e manutenção dos ideais propostos nos movimentos sociais, ganham os espaços públicos, e reconfigura as relações entre Estado, sociedade e mercado gerando uma nova relação nesta tipologia, isto é, nem todos os que seguem os movimentos pelos sites de redes sociais defendem os mesmos propósitos.

As polaridades típicas da sociologia, com o passar dos anos, tendem a ficar mais complexas e dinâmicas, pois mais elementos vão sendo incorporados para participarem de forma mais efetiva do debate: Ativistas, organizações, sociedade, etc.

Considerando as premissas de Marx e Weber de como a sociedade se forma, se transforma, se preserva e se transforma novamente e trazendo ao tempo atual que os sites de redes sociais motivam a sociedade a ser mais inclusiva e participativa. Nesta perspectiva a história política se faz em espiral, que resgata conceitos e proposições, oferece outras roupagens e aponta novas proposições, num emaranhado de vozes individuais e coletivas, mas raramente sozinhas.

Referências

- Abers, R. & von Bülow, M. (2011). Movimentos sociais na teoria e na prática: como estudar o ativismo através da fronteira entre Estado e sociedade? *Sociologias*, 13(28), 52-84.
- Alonso, A. (2009). As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. *Lua Nova*, São Paulo, 76 49-86.
- Aristóteles (1997). *Ética a Nicômaco*, Brasília: UnB.
- Badawy, A. M. (2009). Technology management simply defined: A tweet plus two characters. *Journal of Engineering and Technology Management*, 26(4), 219-224.
- Bonavides, P. (2016). *Ciência política*. São Paulo: Malheiros.
- Cardoso, G. (2005). Sociedade em transição para a sociedade em rede. Anais da Conferência “A sociedade em rede: do conhecimento à ação política”. Centro Cultural de Belém, Portugal, 17- 30.
- Carone, I. (1984). A dialética marxista: uma leitura epistemológica in Lane, S.; Codo, W (organizadores): *Psicologia social: o homem em movimento*, 20-31.
- Castells, M. (2005). A Sociedade em rede: do conhecimento à política. Anais da Conferência “A sociedade em rede: do conhecimento à ação política”. Centro Cultural de Belém, Portugal, 17- 30.
- Castells, M. (2013). *Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet*, Rio de Janeiro: Zahar.
- Caverlee, J., Liu, L., & Webb, S. (2010). The social trust framework for trusted social information management: architecture and algorithms. *Information Sciences*, 180(1), 95-112.
- Cohn, G. (2003). *Max Weber: Sociologia*. São Paulo: Editora Ática.
- De Cicco, C. (2013). *Teoria geral do Estado e ciência política*, São Paulo: Editora Revista dos Tribunais.
- Dicionário Informal (2016). Disponível em < <http://www.dicionarioinformal.com.br/sinonimos/sqn/> >. Acesso em 23/jun/2017.

- Do Bem, A. S. (2006). A centralidade dos movimentos sociais na articulação entre o estado e a sociedade brasileira nos séculos XIX e XX. *Educação & Sociedade*, Campinas, 27(97), 1137-1157. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>> acesso em 23/jun/2018.
- Durkheim, E. (2007). *As regras do método sociológico*. São Paulo: Martins Fontes.
- Fernandes, F. (1978). *Fundamentos empíricos da explicação sociológica*. Rio de Janeiro: LTC - Livros Técnicos e Científicos.
- Fernandes, H. (2016). De 1992 a 2015: Conheça os ideais dos "novos caras-pintadas". Disponível em <<https://noticias.terra.com.br/brasil/politica/de-1992-a-2015-conheca-os-ideais-dos-novos-caras-pintadas,a66635459051c410VgnVCM3000009af154d0RCRD.html>>. Acesso em 7/jun/2017.
- Foucault, M. (2005). *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal.
- Gaspari, E. (2016). *A ditadura acabada*, Rio de Janeiro: Intrínseca.
- Hobbes, T. (1999). *Leviatã*. São Paulo: Nova Cultural.
- Hogan, B. (2010). The presentation of self in the age of social media: distinguishing performances and exhibitions online. *Bulletin of Science, Technology & Society*, 30(6), 377-386.
- Ianni, O. (1982). *Dialética e capitalismo*. Rio de Janeiro: Editora Vozes.
- Ianni, O. (1989). A sociologia e o mundo. *Tempo Social; Revista de Sociologia USP*, 1, 7-27.
- Kietzmann, J. H., Hermkens, K., McCarthy, I., & Silvestre, B. S. (2011). Social media? Get serious! Understanding the functional building blocks of social media. *Business Horizons*, 54, 241-251.
- Lerman, K. (2007). Social information processing in news aggregation. *IEEE Internet Computing*, 11(6), 16-28.
- Machado, J. A. S. (2007). Ativismo em rede e conexões identitárias: novas perspectivas para os movimentos sociais. *Sociologias*, Porto Alegre, 9(18), 248-285.
- Maquiavel, N. (1513). *O príncipe*. Disponível em <<http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/principe.pdf>> Acesso em 13/jul/2017.
- Montesquieu, C. (1996). *O espírito das leis*, São Paulo : Martins Fontes.
- Movimento do Passe Livre – MPL. (2016). Disponível em <www.facebook.com/passelivre>. Acesso 12/jun/2015.
- O Estado de São Paulo (OESP), 1994. Acervo. Disponível em <<http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19940423-36711-spo-0005-pol-a5-clas/busca/Diretas+J%C3%A1>>. Acesso em 22/jun/2016.
- Pochmann, M. (2016). Rádio como veículo de “rede social”. *Revista Brasil Atual*. Disponível em <<http://www.redebrasilatual.com.br/politica/2016/03/rede-da-legalidade-democratica-envolveu-500-mil-pessoas-em-1-500-cidades-8028.html>>. Acesso em 7/jun/2016.
- Qualman, E. (2011). *Socialnomics: como as mídias sociais estão transformando a forma como vivemos e fazemos negócios*. São Paulo: Saraiva
- Veja (1992). Disponível em <<http://vejasp.abril.com.br/materia/manifestacoes-impeachment-caras-pintada-dilma-collor>>. Acesso em 23/jul/2016.
- Rousseau, J. J. (1973). *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens*. São Paulo: Abril Cultural.
- Senado Federal (2016). Disponível em <<http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/05/12/senado-abre-processo-de-impeachment-contra-dilma-rousseff>> . Acesso em 23/jul/2016.
- Significados (2016). Disponível em <<http://www.significados.com.br/sqn-e-sqs/>>. Acesso em 23/jul/2016.
- Tarifa Zero (2016). Disponível em <<http://tarifazero.org/mpl/>>. Acesso em 23/jul/2016.

- Tribunal Superior Eleitoral – TSE (2016). Disponível em < http://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/estatisticas-candidaturas-2014/copy_of_estatisticas-eleitorais-2014 >. Acesso em 24/jul/2016.
- Vida Digital (2016). Disponível em < <http://www.techtudo.com.br/noticias/noticia/2014/02/sqn-lol-entenda-principais-expressoes-usadas-nas-redes-sociais.html> >. Acesso em 23/jul/2016.
- Weber, M. (1982). Max Weber: Ensaio de sociologia. Rio de Janeiro: LDT - Livros Técnicos e Científicos Editora S.A.
- Weber, M. (2008). Ciência e Política, duas vocações. São Paulo: Cultrix.
- Zeitlin, I. M. (1973). Ideologia y teoria sociológica, in El manantial marxista Parte III, Buenos Aires: Amorrortu editores, 97-123.